

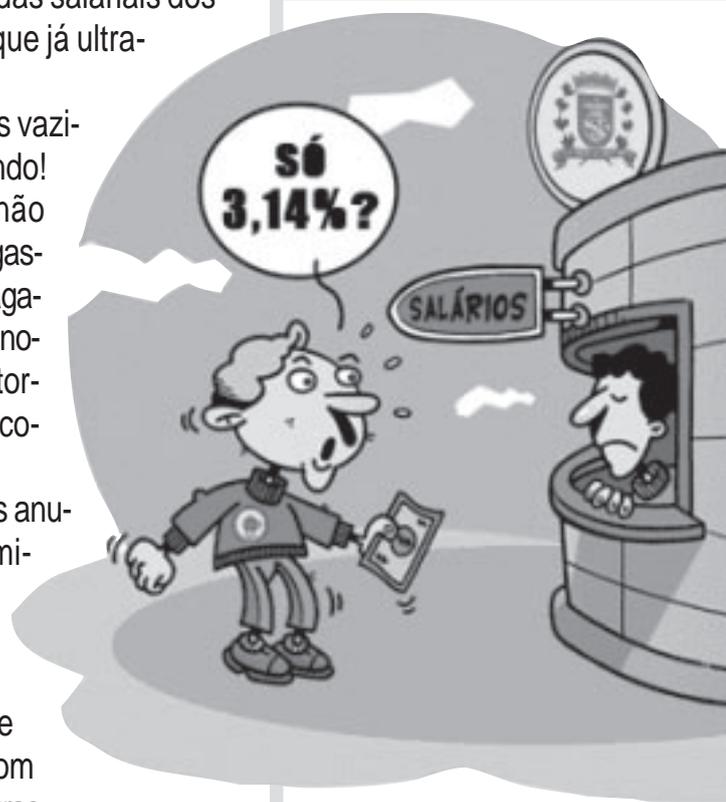
## COM MAIS PARTICIPAÇÃO CONQUISTAREMOS MUITO MAIS

Após quase 30 dias da data-base os servidores estão ameaçados a continuar com salários defasados se não houver avanços na contraproposta da Prefeitura. A partir de abril teremos mais um desconto de 5% em nossos holerites em função da criação do Instituto de Previdência.

Esses 5% vão engolir os 3,14% oferecidos pelo prefeito Papa e, mais uma vez, quem sai perdendo é a categoria. E não podemos nos esquecer das perdas salariais dos últimos 10 anos, que já ultrapassam 91,5%.

Basta de bolsos vazios e mãos abanando! Se a prefeitura não quer aumentar os gastos com folha de pagamento tem que economizar fechando a torneira dos cargos comissionados.

Hoje são gastos anualmente R\$ 15 milhões em salários de R\$ 3 a R\$ 9 mil pagos à turma do Prefeito, além de R\$ 45 milhões com pessoal sem concurso.



### GASTOS COM FUNCIONÁRIOS SEM CONCURSO

*Dados referentes a 2006	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	GASTOS ANUAIS (R\$)
Estatutários	8 mil	195 milhões
Contratados (Lei 650)	2.500	45 milhões
Comissionados	237	15 milhões
Aposentados	2.600	120 milhões
<b>TOTAL DA FOLHA</b>	<b>13.300</b>	<b>375 milhões</b>

#### O QUE QUEREMOS:

- REAJUSTE DE 5%
- INCORPORAÇÃO TOTAL DO ABONO EM VIGOR, DE R\$ 34,08
- AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE R\$ 220,00
- CESTA BÁSICA PARA TODOS OS FUNCIONÁRIOS NO VALOR DE R\$ 124,00

#### O QUE A PREFEITURA OFERECE:

- REAJUSTE DE 3,14%
- INCORPORAÇÃO DE METADE DO ABONO EM VIGOR (R\$ 17,04)
- REAJUSTE DE 14% NO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, QUE PASSARIA DOS ATUAIS R\$ 154,00 PARA R\$ 176,00.

# ENTENDA COMO FUNCIONA A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) COMO ELA AFETA O SEU SALÁRIO

A LRF (lei federal) determina que o prefeito gaste no máximo 54% do orçamento (receita) com o salário de funcionários. No ano passado Santos arrecadou R\$ 762 milhões e só gastou R\$ 375 milhões com o funcionalismo, ou seja, apenas 49,2% do total arrecadado.

Nossa contraproposta para a campanha salarial é que os trabalhadores ganhem 5% de reajuste, incorporação total do abono em vigor (R\$ 34,08) e R\$ 220,00 de auxílio-refeição. Mas Papa só quer dar 3,14%, incorporação de metade do abono (R\$ 17,04) e vale-refeição de R\$ 176,00. Caso a categoria aceite, o comprometimento do orçamento com a folha de pagamento ficará em 48%, menor ainda do que no ano passado, já que o gasto anual passaria a ser de R\$ 395 milhões para uma previsão de receita bem

maior, de R\$ 811 milhões.

Se o prefeito quisesse comprometer 51% da arrecadação com salários melhores para os servidores (chegando ao limite prudencial da LRF) poderia dispor de R\$ 413 milhões. Isso quer dizer que a diferença entre o que o prefeito quer dar e entre o que ele pode dar é de R\$ 18 milhões. Caso queira manter o patamar dos 48% da folha e ao mesmo tempo atender os anseios da categoria, Papa poderia cortar parte dos R\$ 15 milhões anuais gastos com os 237 funcionários em cargos de confiança e diminuir os custos com os 2.500 funcionários contratados pela Lei 650, que consomem R\$ 45 milhões por ano.

Por isso não há dúvidas. Dinheiro tem para o nosso reajuste. O que não existe é consideração para com o funcionalismo.

## FICA A PERGUNTA

*Por que o Sr. Papa quer tanto ter essa sobra orçamentária? Será que é para continuar contratando seus amigos de campanha eleitoral pela Lei 650? Será que é para contratar empresas terceirizadas para executar serviços de manutenção de equipamentos públicos, trabalho que é o servidor quem deve fazer?*

*Será que em 2008, ano eleitoral, o Sr. Prefeito quer garantir sua reeleição com salários miseráveis para os servidores, altos impostos pagos pelos cidadãos santistas e milhões gastos com empresas terceirizadas?*

**PREFEITO  
NÃO DÊ ESMOLAS**



**DÊ SALÁRIO  
DIGNO**



# SOBRA DINHEIRO, FALTA VALORIZAÇÃO

As previsões orçamentárias da prefeitura sempre são conservadoras, o que nos mostra que o argumento de que as contas públicas estão apertadas não convence mais ninguém.

Em 2005 a previsão de arrecadação para o ano passado era de R\$ 691 milhões e o ano fechou em R\$ 762 milhões. Para 2007 a estimativa é que a receita chegue a R\$ 811 milhões. Esse valor

também deve ser superado já que nunca na história a receita municipal ficou abaixo das projeções. Isso significa que ano após ano a Prefeitura vem sendo superavitária, batendo recordes de arrecadação. Por que não dividir o bolo com os funcionários? Por que diminuir o percentual gasto com a folha de pagamento se nem de longe ele ameaça a estabilidade das contas públicas?

## VEJA NA TABELA COMO AS DESPESAS COM PESSOAL VÊM SENDO REDUZIDAS JUNTO COM A DESVALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES\*:

### 2006

Receita total	R\$ 762 milhões
Despesa com pessoal	R\$ 375 milhões
	<b>49% DA FOLHA</b>

### 2007 (proposta da Prefeitura)

Orçamento previsto em 2007	R\$ 811 milhões
Despesa com pessoal segundo proposta da prefeitura	R\$ 395 milhões
	<b>48% DA FOLHA</b>

### 2007 (proposta viável que a Prefeitura se recusa a executar)

Orçamento previsto em 2007	R\$ 811 milhões
Despesa possível com pessoal	R\$ 413 milhões
	<b>51% DA FOLHA</b>

\*Dados extraídos do D.O.  
(Edição de 30/01)

## MIRIAN: NOTA ZERO EM MATEMÁTICA

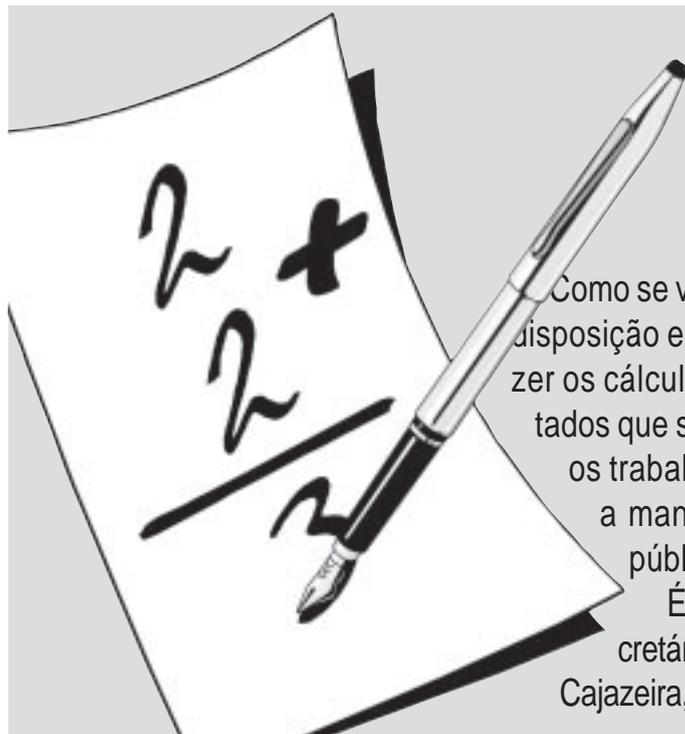
Como se vê, basta um pouco de disposição e boa vontade para fazer os cálculos certos, com resultados que sejam bons tanto para os trabalhadores quanto para a manutenção de serviços públicos de qualidade.

É o que tem faltado à secretária de Finanças, Mirian Cajazeira, durante os nove anos

de atuação à frente da pasta. A secretária não quis apontar claramente nas últimas reuniões da campanha salarial os reais motivos de a Prefeitura, mesmo batendo recordes de arrecadação, não poder aumentar ou pelo menos manter o percentual de gastos com a folha de pagamento, atendendo as expectativas de quem realmente faz a máquina pública funcionar.

Agora é fácil entender porque as contas do Município são reprovadas ano após ano pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) desde 1998.

Mas a categoria não pode ser prejudicada. Na ponta do lápis vamos somar todos os centavos e mostrar que é matematicamente possível melhorar os salários de quem trabalha direito.





# ASSEMBLÉIA

## DIA 28 ÀS 19 HORAS

Na próxima quarta-feira realizaremos mais uma assembléia para discutir quais encaminhamentos devem ser tomados a partir de agora. Estamos em um momento de impasse e precisamos da casa cheia para decidir com consciência sobre o nosso futuro.

### PLEBISCITO

O Sindserv tem participado das reuniões com o objetivo primordial de levar à mesa as reivindicações que os trabalhadores, democraticamente, apontam como sendo prioritárias. Neste sentido, além de realizarmos as assembléias, fórum máximo de deliberação da cate-

goria, estamos promovendo até o dia 28 um plebiscito para colher as opiniões do maior número possível de servidores sobre a última contraproposta da prefeitura. O resultado da consulta será divulgado na assembléia desta quarta-feira.

**POR ISSO COMPAREÇAM! SERÁ NO AUDITÓRIO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS, À AV. WASHINGTON LUÍS, 140, EM SANTOS.**

### Acompanhe todos os fatos da campanha salarial 2007

**02/02** O Sindserv organizou um ato público na porta da Prefeitura para pressionar pelo avanço nas negociações durante reunião que seria realizada no mesmo dia com o Executivo, mas o secretário de Administração, Edgard Mendes Baptista Jr, desmarcou a reunião.

**06/02** A quarta reunião da campanha salarial ficou para o dia 6. No encontro a prefeitura disse que ainda não tinha condições de apresentar uma contraproposta. O secretário Edgard aguardava estudos da Secretaria de Finanças e já admitia a possibilidade de o reajuste não ser repassado em fevereiro.

**08/02** A expectativa pelo anúncio da contraproposta mais uma vez foi frustrada. Em cima da

hora a Prefeitura desmarcou uma reunião e agendou outra para o dia seguinte.

**09/02** Foram apresentadas pela Administração duas propostas de aumento salarial. Uma delas previa um reajuste linear de 5%, com incidência no valor do vale-refeição. Já a outra fixava um reajuste de 3,14% correspondente ao IPCA, também com incidência no valor do vale-refeição, mais a incorporação ao salário de 50% do abono em vigor (R\$ 17,04).

**12/02** Em assembléia os servidores rejeitaram as propostas e construíram uma outra alternativa: 5% de reajuste, incorporação integral do abono, aumento do auxílio-alimentação para R\$ 220,00 e cesta básica para todos os funcionários.

**13/02** A contraproposta da categoria foi apresentada em nova reunião. Depois de quase seis horas de negociação que começou com os secretários Edgard e Mirian Cajazeira e terminou com prefeito, a Administração indicou a seguinte opção: reajuste de 3,14%, incorporação de metade do abono (R\$ 17,04) e reajuste de 14% no auxílio-alimentação (de R\$ 154,00 para R\$ 176,00).



**14/02** Em nova assembléia a categoria mais uma vez disse não. É decidido então que além do posicionamento da assembléia, o sindicato faria uma consulta aos servidores em seus locais de trabalho para ter o maior número possível de pessoas opinando.

**16/02** No dia 16 é iniciado o plebiscito, conforme deliberação da assembléia.



Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos

Edição e Textos: Alcione Herzog (Mtb 32.236) Produção Gráfica: Somatorium - (13) 3467-7156 Impressão: Gráfica Diário do Litoral. Tiragem: 3.000 exemplares.

**SINDSERV: AV. CAMPOS SALES, 106 - VILA NOVA - SANTOS**  
**TEL.: (13) 3228-7400 - sind\_serv@uol.com.br**